



## **Poder Judiciário do Estado da Bahia**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EXERCÍCIO 2021**

## SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	2
2. PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	2
3. NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
4. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	5
5. NOTAS AO BALANÇO FINANCEIRO.....	6
6. NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	7

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 13.100.722/0001-60, órgão integrante da Administração Direta do Estado da Bahia, tem sede na cidade de Salvador e jurisdição em todo o Estado, sendo a instância mais elevada do Judiciário Estadual.

O Poder Judiciário é o órgão do Estado responsável por julgar as demandas que lhe são submetidas, inclusive aquelas que a própria Administração Pública seja parte, com independência e imparcialidade, para fazer valer a Constituição e as leis do país. Compete-lhe, dessa forma, a aplicação das leis na solução dos conflitos de interesse entre pessoas, empresas e instituições. Busca garantir os direitos do cidadão e, assim, promover a Justiça. A ele, cabe impor, também, a sanção penal.

A Lei Orçamentária Anual do Estado da Bahia nº 14.291 de 18/01/2021, estabeleceu o orçamento para o Tribunal de Justiça em 2021, através das unidades orçamentárias:

- 04101- STJ SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- 04601- FAJ- FUNDO DE APARELHAMENTO JUDICIÁRIO
- 04102- CGJ- CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
- 04602- FUNSEG- FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

## **2. PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Poder Judiciário do Estado da Bahia foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis, Lei nº. 4.320 de 1964, Lei Complementar nº 101 de 2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público — NBC TSP e outras normas (leis, decretos e portarias) vigentes, conforme as diretrizes contábeis e orçamentárias estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

### 3. NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

**NOTA 1: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Compreende os valores referentes a Bancos-Contas Especiais e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata. Representa aproximadamente **27,72%** do Ativo Total do Poder Judiciário do Estado da Bahia em 2021, sendo detalhado na tabela a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 1.1.1.0.0.00.00.00		
DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
TJ	118.502.504,73	103.065.813,03
FAJ	63.888.141,17	57.909.395,90
FUNSEG	5.319.287,36	3.654.603,54
<b>TOTAL</b>	<b>187.709.933,26</b>	<b>164.629.812,47</b>

Fonte:FIPLAN

**NOTA 2: DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:** Compreende os valores a receber por demais transações. Entre as contas que compõem esse grupo, destaca-se a conta **Depósitos Judiciais Recebidos 1.1.3.5.1.02.01.00** que em 2021 apresentou o saldo de **R\$32.314.333,54** na Unidade Orçamentária- 04601-FAJ. Nessa conta são lançados os 30% destinado ao Fundo de Reserva, bem como as devidas atualizações, com base no Decreto Judiciário nº 266, de 5 de junho de 2019.

**NOTA 3: INVESTIMENTOS:** Compreende os valores das ações pertencentes ao Poder Judiciário do Estado da Bahia avaliadas pelo método de custo. No exercício de 2021 a conta **Participações em Sociedades de Economia Mista 1.2.2.1.1.02.01.00** apresentou um saldo de **R\$348.955,16**, resultado de uma atualização positiva no montante de **R\$ 21.110,61** em relação ao exercício 2020.

**NOTA 4: IMOBILIZADO:** Compreende os Bens Móveis e Imóveis do Poder Judiciário, bem como as respectivas depreciações. Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. (MCASP, 8ª Edição). O Imobilizado representa aproximadamente **65,91%** do Ativo Total do Poder Judiciário do Estado da Bahia em 2021, sendo detalhado na tabela a seguir:

IMOBILIZADO 1.2.3.0.0.00.00.00		
DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Bens Móveis	313.003.160,66	302.630.737,16
Bens Imóveis	536.339.201,22	518.517.537,02
(-) Depreciação,Exaustão e Amortização Acumulada	-403.123.504,74	-364.884.247,43
<b>VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL</b>	<b>446.218.857,14</b>	<b>456.264.026,75</b>

Fonte: FIPLAN

**NOTA 5: ATIVO INTANGÍVEL:** É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. (MCASP, 8ª Edição). Representado pela conta de **Softwares- Direito de Uso Sistema de Processamento de Dados 1.2.4.1.1.01.02.00** que apresentou no exercício 2021 o valor de **R\$2.049.125,00** referente a contabilização de licença de software.

**NOTA 6: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS:** Compreende valores referentes às obrigações relativas a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, a serem pagos em período posterior ao qual forem incorridos, em atendimento ao princípio da competência. No exercício de 2021 foi contabilizado na conta **Pessoal a Pagar Não Financeiro 2.1.1.1.1.01.97.01** o valor total de **R\$922.331.016,56**. Conforme informação proveniente da Secretaria de Gestão de Pessoas, o valor de **R\$921.185.940,48** refere-se ao Total das despesas de exercícios anteriores a 2021, evidenciado na tabela a seguir constante do TJ-GEN-2022/00018:

VALORES RETROATIVOS A PAGAR	
NATUREZA DOS CRÉDITOS	DÉBITO EM 31/12/2021* (em R\$)
ABONO PERMANENCIA	4.868.772,19
ADICIONAL NOTURNO	12.207,49
ATS	218.345,37
CET	9.939.969,43
CORREÇÃO PCS	610.821.986,46
DIFERENÇA DE VENCIMENTOS	7.017,19
ENQUADRAMENTO/PROGRESSÃO	36.011,78
ESTABILIDADE ECONÔMICA	59.253,85
FÉRIAS SUBSTITUIÇÃO	3.037,45
GAE	1.153.774,75
INSALUBRIDADE	177.915,98
SUBSTITUIÇÃO	142.802,79
PAE	17.563.681,49
PAE CORREÇÃO	234.621.239,03
INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	1.234.059,84
INDENIZAÇÃO SERVIDORES LP	35.124.531,78
INDENIZAÇÃO FÉRIAS MAGISTRADOS	5.201.333,61
<b>TOTAL</b>	<b>921.185.940,48</b>

\* Total das despesas de exercícios anteriores a 2021, incluída a correção monetária do período em que foi feito o cálculo.

Do montante de **R\$921.185.940,48** não foi efetuada, em 2021, a contabilização do valor **R\$7.017,19** referente a natureza dos Créditos " Diferença de Vencimentos", em virtude de inconsistência na parametrização do lançamento no sistema FIPLAN, de responsabilidade da Sefaz/BA.

**NOTA 7: AJUSTES DE EXERCÍCIOS DE ANTERIORES:** A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados (MCASP, 8ª Edição). No exercício de 2021 as **contas 2.3.7.1.1.03.00.00 e 2.3.7.1.2.03.00.00 Ajustes de Exercícios Anteriores** totalizaram **R\$1.139.472.186,01**, nas Unidades Orçamentárias 04101-STJ e 04601-FAJ. Do montante citado, o valor de **R\$921.185.940,48** refere-se ao reconhecimento de obrigações com pessoal, conforme TJ-GEN-2022/00018.

#### **4. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

O Resultado Patrimonial do Período evidenciou um Superávit de **R\$ 239.972.193,43**, resultante de Variações Patrimoniais Aumentativas no valor total de **R\$ 9.639.831.246,19** deduzido das Variações Patrimoniais Diminutivas no valor total de **R\$ 9.399.859.052,76**. Os principais fatores que influenciaram para esse resultado são apresentados nas notas seguintes:

##### **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS — VPA:**

**NOTA 1: IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA:** Compreende variações patrimoniais aumentativas provenientes da arrecadação de taxas referentes a emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais. Verifica-se um aumento da ordem de aproximadamente 30,75% em relação ao exercício de 2020.

**NOTA 2: EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:** Constatou-se uma redução de cerca de 15,85% em relação ao exercício de 2020 referente, principalmente, à redução da remuneração sobre o saldo médio dos depósitos judiciais, conforme contrato firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Banco do Brasil.

**NOTA 3: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS:** O aumento de 104,82% em relação ao exercício de 2020, deve-se, principalmente, a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.

**NOTA 4: VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:** Neste grupo, houve um aumento de R\$2.699.050,02, o que equivale a aproximadamente 1.316% relativamente ao ano de 2020, reflexo, principalmente, da incorporação de ativo intangível na ordem de R\$2.049.125,00 (conforme Nota 5 do Balanço Patrimonial) e incorporação de material permanente/doação no valor de R\$671.202,32.

#### **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS — VPD:**

**NOTA 5: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS:** Verifica-se um aumento de R\$ 22.413.492,50, representando 89,46% em relação ao exercício de 2020. Neste grupo destaca-se a rubrica Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais que evidencia um aumento R\$21.712.608,08, decorrente, sobretudo, do aumento nos valores devidos a título de auxílio financeiro para despesas médicas.

**NOTA 6: DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:** Este grupo apresentou um resultado de R\$70.543,62, que refere-se à rubrica Perdas com Alienação. Saliencia-se que no exercício de 2020 não houve registro de perdas com desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos.

**NOTA 7: TRIBUTÁRIAS:** Verifica-se o aumento de 43,20% em relação ao exercício de 2020. Neste grupo destaca-se a conta contábil **3.7.2.1.3.47.01.00-INSS Contribuintes Individual, Cooperativa de Trabalho e Outros** referente à contribuição patronal sobre a prestação de serviços, principalmente das categorias de juízes leigos e conciliadores e peritos.

#### **5. NOTAS AO BALANÇO FINANCEIRO**

**NOTA 1:** A receita de Taxas Vinculadas ao Poder Judiciário no exercício de 2021, no valor de **R\$528.987.644,13**, representa 90,69% do total das receitas orçamentárias.

**NOTA 2:** Conforme disposto na Lei 4.320/64, Art 103, Parágrafo único:

Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

No exercício de 2021, foi inscrito em restos a pagar não processados o montante de **R\$29.345.573,46** e em restos a pagar processados o montante de **R\$87.994,90**.

**NOTA 3:** Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no total de **R\$41.899.576,34**, representam 50,11% dos recebimentos extraorçamentários do exercício 2021.

**NOTA 4:** Em 2021, verifica-se um aumento do resultado financeiro no montante de **R\$24.251.013,02**, em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos restituíveis e Valores Vinculados em 31 de dezembro de 2020.

## **6. NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**NOTA 1: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:** O Balanço Orçamentário do Poder Judiciário do Estado da Bahia apresenta as receitas e as despesas previstas e realizadas durante o exercício. No exercício de 2021 a receita realizada totalizou **R\$583.295.309,43**, enquanto a despesa executada totalizou **R\$2.660.161.785,33**, gerando assim um déficit da execução orçamentária na ordem de **R\$2.076.866.475,90**.

<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>RECEITA REALIZADA</b>	583.295.309,43	457.039.295,24
<b>DESPEZA EMPENHADA</b>	2.660.161.785,33	2.488.550.696,03
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>(2.076.866.475,90)</b>	<b>(2.031.511.400,79)</b>

Esse resultado deficitário decorre principalmente da utilização do superávit financeiro apurado em exercício anterior para a abertura de créditos adicionais, bem como da despesa empenhada nas destinações de recursos 0.100.000000 e 0.300.000000 sem a respectiva contabilização da receita no Poder Judiciário do Estado da Bahia, uma vez que os ingressos ocorrem a título de transferência recebidas do Tesouro Estadual.



**NOTA 2: ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO:** O orçamento inicial aprovado para o exercício de 2021 foi incrementado em **R\$142.310.035,40**. Essa alteração deve-se, principalmente, ao aumento no grupo Pessoal e Encargos Sociais, num total de **R\$210.155.088,55**.

ALTERAÇÕES NA LOA				
CATEGORIA	GRUPO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	ALTERAÇÃO
DESPESA CORRENTE				
	Pessoal e Encargos Sociais	1.634.244.000,00	1.844.399.088,55	210.155.088,55
	Outras Despesas Correntes	447.500.000,00	465.295.452,00	17.795.452,00
	Intraorçamentárias	449.373.000,00	346.847.490,85	-102.525.509,15
DESPESA CAPITAL				
	Investimentos	22.867.000,00	39.752.004,00	16.885.004,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.553.984.000,00</b>	<b>2.696.294.035,40</b>	<b>142.310.035,40</b>

**NOTA 3: CRÉDITOS ADICIONAIS:** Do total suplementado ao orçamento inicial do exercício de 2021 cerca de 77,92%, que correspondente ao montante de **R\$110.889.274,00**, teve como fonte de recursos superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

**NOTA 4: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS FUNDOS:** O orçamento aprovado destinado aos Fundos, para o exercício de 2021, foi de **R\$ 121.338.000,00**. A execução orçamentária da despesa nesse período totalizou **R\$ 120.738.812,08**. Em relação à execução das receitas, foi arrecadado em 2021 o montante de **R\$ 46.836.864,27**.

**NOTA 5: DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES- DEA:** No exercício de 2021 foram empenhados **R\$228.359.108,46** na rubrica de despesas de exercícios anteriores, sendo **R\$224.948.467,83** no grupo Pessoal e Encargos Sociais e **R\$3.410.640,63** no grupo Outras Despesas Correntes.

**NOTA 6: RESTOS A PAGAR:** As despesas legalmente empenhadas e não pagas constituem os Restos a Pagar. No exercício de 2021, a inscrição de restos a pagar não processados totalizou **R\$ 29.345.573,46** e em restos a pagar processados o montante de **R\$ 87.994,90**.